

RELATORIO

ABREVIADO

SOBRE

O ESTADO ACTUAL DA ADMINISTRAÇÃO

D A S

MINAS DE PORTUGAL

PELO

BARÃO D' ESCHWEGE

CORONEL DO REAL CORPO D' ENGENHEIROS, E INTEN-
DENTE GERAL DAS MINAS E METAES DO REINO.



L I S B O A 1826.

TPP. DE CARVALHO RUA DO CORPO SANTO N. 16.

Com Licença.

Farei primeiro algumas reflexões sobre a pergunta se a exploração das Minas, he de utilidade em Portugal, e se deve ser por conta do Estado, ou dos particulares.

Toda a exploração de minas metallicas em geral, he util para os Estados que tem população sufficiente, e que tem muitas terras estereis e improprias para a cultura. Nos Paizes onde se acha o contrario, o Povo por si sem intervenção do Governo prefere a cultura das terras á mineração, por que lhes dá maior recompensa.

Os metaes se achão ordinariamente em Paizes montanhosos, e as mais das vezes estes são improprios para a cultura. Portugal abunda nestes terrenos, e o pobre Lavrador a penâs colhe nelles os frutos para o seu sustento, pizando entretanto hum chão riquissimo em metaes. Parece que a Providencia favoreceo a proposito as Entranhas daquellas terras, a fim de que os habitantes dellas procurem outro modo de vida como os que habitão as terras planas e fructíferas, e a mesma providencia quer, que tambem os terrenos aridos, e montanhosos sejam aproveitados por huma industria util que nutra os seus pobres habitantes, tirando de suas entranhas, e fabricando os metaes de que os Paizes baixos necessitam, ou dentro ou fóra do Reino.

Já disse que Portugal abunda em terrenos metalíferos, que ao mesmo tempo são estereis, e pelo conhecimento que tenho do Paiz, não avanço muito, se eu afirmar que duas terças partes de Portugal não são cultivadas pelos motivos da esterilidade, e do encadeamento das grandes montanhas. Providenciar para que os thesouros escondidos, e nos tempos antigos tanto procurados, principalmente dos Romanos, sahem das Entranhas dos ditos montes, e que appareçam á Luz do dia, hé o meu fim.

Que milhares de pessoas não se occupávão naquelles tempos remottos nas Minas da Serra de Santa Justa ao pé de Vallongo, nas de França de Bragança, de Santa Comba, e outras muitas no Alemtejo, na Beira, e Algarve, não chegando a mais profundidade se não até onde tinham socoamento das agoas! que milhares de pobres portuguezes ainda podião ter o seu sustento só na exploração das minas, que os antigos deixarão, por desconhecerem os methodos mais vantajozos com que hoje em dia se explorão as minas!

O Governo por varias vezes já tentou fazer reviver este ramo da administração, em varias epochas, mas por huma fatalidade incomprehensivel tem sido até gora frustradas todas as diligencias. Não tem faltado meios, nem tão pouco pessoas habéis, e intelligentes, mas tem faltado a concorrência de circumstancias, de sorte, que os meios não serão sempre applicados a tempo, e os empregados as mais das vezes não estavam nos seus lugares que devião occupar. Fallo principalmente da administração dos ultimos 24 annos.

Portanto he agora a segunda pergunta: Deve a exploração das minas em Portugal ser por conta do Estado, ou de Companhias particulares?

Respondo: como o Estado já trabalha algumas minas por sua conta, estas devem continuar da mesma forma, servindo de certo modo para escolha dos mineiros, mas he necessario que o Governo providencie, que ellas sejam de utilidade para o Estado, como poderia ser a Real Fabrica de Ferro de Figueiró, e a Real Mina de antimonio de Vallongo, assim como alguma outra mina, v.g. d'Estanho que há ao pé de Vizeu, e que promette vantagens, applicando-se os meios para isso; mas todas as outras minas metallicas serão mais vantajozas trabalhadas por companhias poderosas de baixo da Inspecção, e fiscalização da Intendencia Geral das Minas, e por modo algum devem estar sem esta fiscalização, a exemplo das minas de carvão de pedra, que o Governo dêo por 20 annos a huma companhia de Negociantes, devendo-se adoptar o Regimento para as Companhias, que apresentei ao Ministerio em 6 de Setembro de 1825, e sobre cujo objecto até hoje, não houve resultado algum.

Este Regimento está fundado sobre principios scientificos adoptados na Alemanha, e França, e amoldados a este Paiz por meio de huma pratica de 24 annos, que exercitei tanto em Portugal, como no Brazil.

Ao mesmo tempo para mostrar como todas as minhas diligencias tem sido uteis, para fazer florescer este ramo da administração, apresentei em 30 de Agosto de 1825, a relação, e conta da minha administração ao Governo, desde o mez de Julho do anno de 1824, em que tomei posse da Intendencia Geral das Minas, até áquelle dia, não sómente porque S. Magestade, que Deos haja, se Dignou de mandar-mo assim no Decreto da minha no-

mêação, para ser publicada na Gazeta, mas S. Magestade se Dignou recommenda-lo novamente no Alvará de 4 de Julho de 1825, e se não foi publicada esta conta, he porque o Governo não houve por bem publica-la, sendo-me prohibido pelo Avizo de 26 de Fevereiro de 1825, fazer eu mesmo a dita publicação.

Além da obrigação imposta de apresentar esta conta, o satisfiz naquelle tempo com o maior gosto, pelo estímulo de mostrar que esta administração actualmente não estava nem na desordem, que a nova Ley de 4 de Julho faz presumir, e persuadir ao publico, e como á pouco se dá a entender em varias folhas publicas, nem na decadencia suposta por effeitos de huma má administração.

Para se poder melhor comparar a minha administração, com a que precedeo, he necessario tocar em poucas palavras no estado em que achei os Estabelecimentos, quando tomei conta delles.

Por hum Avizo de S. Magestade dô mez de Janeiro de 1824, fui encarregado de visitar os differentes Estabelecimentos, para dar conta do estado em que se achávão, e para propôr os meios de melhoramento.

Nas differentes relações que delles fiz, parece-me que cumprí com satisfação de S. Magestade esta Commissão, tendo sido o resultado della fazer-me S. Magestade a Graça de me Nomear Intendente Geral das Minas e Metaes do Reino.

Rifferindo-me a differentes representações, que naquello tempo tive a honra de apresentar, darei agora só hum extracto dellas, principiando com o estado em que achei os Estabelecimentos.

A Real Fabrica de ferro da Foz d'Alge, estava quazi no estado de parar com todos os trabalhos, tanto de fundição; como com as Refinações de ferro, pela podridão, e desconcerto de todas as rodas e maquinas, as quaes depois da minha partida para o Brazil, parece que jámais serão renovadas, de sorte que a Fabrica estava quasi outra vez reduzida ao seu estado primitivo como a tinha achado o meu antecessor no anno de 1802, cauçando, continuas despesas.

A Real Mina de Carvão de pedra de Buarcos achrei parada, e alagada em agoa por falta de exportação de carvão, cauçada em parte da falta de providencias, em parte da má quallidade de carvão, que se não recommenda a si mesmo, continuando de fazer despesas sem utilidade.

A Real Mina de chumbo de Ventozello achei parada por falta de pessoa habil que dirigisse os trabalhos da Mina, e Estabelecimentos das fundições, pessoas que por desgraça não se achão em Portugal, tendo-se gasto 8:000,000 reis. com ensaios sem proveito naquella Mina.

A Real Lavra de Ouro n'Adiça achei em decadencia por terem já sido lavrados os Lugares mais ricos, restando só os lugares pobres que não valem a pena serem lavrados, de modo que dava continuados prejuizos.

O unico Estabelecimento que produzia vantagem, era a Real Mina de carvão de pedra do Porto, Estabelecimento que se tem conservado n'hum pé soffrivel, 1.º por ter sido huma mina rica, 2.º por ter muito consumo na Cidade do Porto, e 3.º por ter tido sempre Estrangeiros de profissão á sua testa. que dirigirão os trabalhos, com tudo em muitas partes defeituozos, mas o que não era a culpa do Director, mas sim dos superiores.

As Pesquisas metalicas que se estãvao fazendo nas vizinhanças de Vallongo, principalmente em Villarinho, não tinhão dado proveito algum.

Tal foi o estado dos Estabelecimentos dos quaes tomei conta no 1.º de Agosto do anno de 1824, tomando no mesmo dia conta do dinheiro existente no Coffre da Intendencia, e do Balanço do Coffre da Real Mina de Carvão de pedra do Porto, tudo conforme a conta, e Balanço que me apresentou o Ajudante da Intendencia.

Do Archivo da Intendencia não tomei entrega, por ter estado sempre nas cazas particulares do meu antecessor, e do Ajudante da Intendencia, em pouco arranjo por falta de comodo.

Veremos em que estado estão hoje em dia os ditos Estabelecimentos.

A Real Fabrica de Ferro está no melhor arranjo possivel. Os Edifícios forão melhorados, e accrescentados, o grande açude com toda a segurança, as maquinas renovadas, e concertadas, e outras feitas de novo, principalmente para a Fabricação da pregaria para o Arsenal, terras compradas para sementeira de penisco &c. (*), e se não faltassem aslenhas para dar maior extensão a fa-

(*) *Serem as obras, que mandei fazer de utilidade, prova hum officio de 4 de Novembro do presente anno, do Administrador, em que diz: „ O Guindaste*

abricação do ferro, e se tivesse exportação dos seus productos, para os Arsenaes Reaes, seria ella hum Estabelecimento, que pelos seus edificios, Fornos, Forjas, e maquinas se podia comparar com as melhores Frabricas da Europa, mas por cauza da escasez das lenhas, o seu producto não pode ser senão limitado, entretanto a Fabrica não fará mais despezas ao Estado, se o Arsenal Real da Marinha receber della annualmente 3:000 arobas de ferro em ballas d'Artilharia, e 1:000 arobas de pregaria de pezo, pelo preço que costuma comprar os ditos generos de fóra.

As minas de Carvão, principalmente a do Porto com que se sustentarão os outros Estabelecimentos, forão dadas no anno proximo passado a huma companhia de Negociantes, como bem se sabe, e nada podia mais influir no seu melhoramento, o que em parte muito estimei, por não poder fazer milagres, nem para augmentar a sua abundancia, nem para melhorar as más qualidades de carvão; milagres que a companhia pertende fazer, mostrando com isso a sua ignorancia montanistica, e geognostica.

A Companhia prometteo de pagar 200:000 \$ 000 reis por vinte annos, pagando annualmente dez contos de reis; contracto vantajozo para a Real Fazenda, se se tivesse observado a pratica usada em todos os outros contractos com a Fazenda Real, de prestarem os Contractadores fiança, e pagar avanços, mas nada disto se observou, de sorte que a Real Fazenda não tem segurança alguma. Como não fui ouvido sobre este objecto tambem estou livre de ser culpado das más consequencias que dahi resultarão.

A Real Lavra de Ouro d'Adiça, fui obrigado, a manda-la parar, por serem já lavrados todos os lugares ricos, e dar continuados prejuizos ha 3 annos para cá.

A Real Mina de Chumbo de Ventozello deixei no mesmo estado, por falta de pessoas habeis para dirigir os trabalhos da mina, e das Fundicções, e por não poder fazer conta alguma neste Paiz a fundição de Chumbo, não sendo rico em prata, e os mineiros de Ventozello são em geral pobres neste metal.

Com as pesquisas metallicas, principalmente ao pé de Villariño, não gastei mais real, tendo-se gasto quasi quatro mil cruza-

da condução das minas para as Tulhas, tambem já trabalha, e com proveito, e por este modo se vai conhecendo a utilidade das obras que V. S. tem dirigido e mandado fazer.

dos com ellas, por conhecer que o mineral era quasi de nenhum prestimo, sendo huma composição de pyrites de cobre, e de ferro com pyrites arsenicaes e pouca galena de Chumbo. Dos ensaios em pequeno não se podia tirar resultado, e mandei por tanto 120 arobas do dito metal para Inglaterra, e o resultado foi, que todo o mineral foi declarado por inutil, e lançado ao mar.

Em lugar de gastar mais dinheiro em pesquisas incertas, mandei trabalhar nas minas de antimonio de Vallongo, e tirando todas as informações sobre o seu consumo em Inglaterra, visto que cá em Portugal não tinha consumo algum, abri hum novo commercio, e resolvi dar huma grande extensão a estes trabalhos, concluindo hum contracto para se mandar todos os annos até 10:000 arobas delle para Inglaterra, o que promette bastante vantagem, se a mina não falhar, dando ella até agora as melhores esperanças. (*)

O Archivo da Intendencia, que até á minha nomeação sempre andou em pouco arranjo nas cazas particulares do meu antecessor, e do Ajudante da Intendencia ficou agora no melhor arranjo n'huma das Salas da Caza da Moeda, e faltando nella todas as noticias sobre as diferentes minas do Reino, que os meus antecessores guardarão como propriedade sua, eu mandei registrar tudo o que tinha em meu poder, e que era remarcavel para a historia das minas; mandei levantar, e copiar todos os Desenhos de Plantas dos Estabelecimentos, que eu tambem possuía, para servirem ao futuro de utilidade.

Se pois no tempo da minha administração, os Estabelecimentos não fizeram maiores progressos, parece-me que eu não sou culpado: fiz o que estava no meu alcance, e provarei que pelas minhas representações feitas a S. Magestade, e ao Ministerio, e pelas providencias dadas nos Estabelecimentos, que não deixei de pôr em pratica meio algum, que podesse contribuir para os progressos dos ditos Estabelecimentos. Apresento agora a conta de Dinheiro, creditos, Dividas, e Alcances, que me entregou o Ajudante da Intendencia no 1.º de Agosto de 1824.

(*) Tem-se criticado, não mandar o antimonio fundido para Inglaterra & mas estes criticos ignorão que em Inglaterra todo o antimonio fundido, (como os mais metaes) pagão hum grande direito d'entrada, e por este motivo todo o antimonio d'Alemanha, da Hespanha, e da India hé mandado em bruto, e não reduzido a regulo.

EM DINHEIRO

No cofre da Intendencia Geral - - - - -	2:597	§ 754	
Idem na Real mina de carvão de pedra do Porto - - - - -	6:427	§ 572	
Idem nas Reaes minas de chumbo de Ventozello - - - - -	33	§ 820	
Idem na Real mina de ouro d'Adiça - -	80	§ 879	
Na mão do Commissario das Reaes minas	23	§ 631	" 9:263 § 856

EM CREDITOS

Da Casa da Moeda, pelas ultimas entregas de ouro - - - - -	784	§ 359	
Idem da Intendencia das Obras Publicas, por 821 arobas de grades de ferro -	1:313	§ 650	
Idem Arsenal Real da Marinha - - - -	294	§ 938	
Idem d.º d.º do Exercito, por 1 pipa de carvão de pedra - - - - -	16	§ 000	
Idem Comissão da reforma de pezos e medidas por 301 jogos de padrões	541	§ 800	
Idem do Mestre Ferrador das Reaes Cavalharices - - - - -	197	§ 425	
Idem das Reaes Ferrarias da Foz d'Alge, por ferro vendido a diversos	887	§ 585	
Idem Real Fabrica da Louça, por huma junta de bois - - - - -	26	§ 400	
Idem do falecido Contador das Reaes minas de carvão de pedra do Porto	264	§ 000	" 4:326 § 557

ALCANCES

Alcance de Thomaz Darby, Inspector que foi das Reaes minas de Ventozello	50	§ 030	
Idem do ex-Inspector das Reaes minas de carvão de pedra do Porto, Joze Jacinto de Souza - - - - -	5:457	§ 766	
Idem de dividas que deixou contrahir o dito ex-Inspector - - - - -	1:561	§ 025	" 7:068 § 821
			Reis--20:658 § 833

O cabedal que me foi entregue era - - - - - 20:658 \$ 833
e veremos agora o que existe delle no 1.º de Outubro do corrente anno, depois de tantas obras novas feitas na Real Fabrica de ferro, bem entendido não tendo a administração tido nenhuns outros recursos, se não o rendimento dos estabelecimentos, o dinheiro que entregou a Companhia de carvão de pedra.

DINHEIRO

OBSERVAÇÕES.

No Cofre da Intendencia Geral	2:758 \$ 142	
Idem no do Porto - - - - -	327 \$ 739	
Idem no de Vontozello - - - -	4 \$ 340	
Depositado pela Companhia, e resultado de 717 carros de carvão e utensilios q ella comprou	2:390 \$ 320	5:480 \$ 541

Está ja incluido o dinheiro com que a companhia de carvão de pedra devia entrar neste dia o que se effectuou alguns dias depois.

CREDITOS

Do Arsenal Real da Marinha	294 \$ 938	<i>Não ha esperan- ça de cobrança.</i>
Idem d.º do Exercito	16 \$ 000	
Da Commissão da reforma de pesos e medidas - - - - -	541 \$ 800	<i>Há esperança de se cobrar se se effectuar agora a mudança de pesos.</i>
Do mestre ferrador das Reaes Cavalherices - - - - -	197 \$ 425	
Da Real Fabrica da louça - -	26 \$ 400	
Divida do falecido Contador do do Porto - - - - -	246 \$ 000	<i>Não há esperan- ça de se cobrar pela muita pobreza da familia</i>
De ferro vendido na Real Fabrica de ferro - - - - -	4 \$ 0000	
Divida do Arsenal Real da Marinha da pregaria - - - -	236 \$ 150	1:976 \$ 713

ALCANCES

Do ex-Inspector da mina de carvão de pedra do Porto,	<i>Pouca esperan- ça haverá de se fazer esta cobrança pela po-</i>
--	--

Jacinto Joze de Souza - - -	5:457	§ 766	<i>brezã do dito ex</i>
Idem do mesmo, de dividas			<i>Inspector.</i>
que deixou contrahir - - -	1:561	§ 025	
Idem de Themaz Darby - - -	50	§ 030	<i>Não ha esperan-</i>
Idem do destrihuidor de carvão			<i>ça alguma por</i>
de pedra do Portro, Joze Per-			<i>haver falecido.</i>
reira dos Santos - - - - -	2:698	§ 740	9:767 § 561
			<i>Não se cobrou</i>
	17:224	§ 815	<i>ainda cate alcan-</i>
Total da existencia do cabedal	17:224	§ 815	<i>ce dos fiadores</i>
Foi por tanto gasto do principal	3:434	§ 018	<i>do dito destribui</i>
Desta quantia, parte-della,			<i>dor por falta de</i>
o Governo mandou pagar, e			<i>diligencia do cor</i>
outras forão accressimo de des-			<i>regedor da Co-</i>
pezas necessarias, as quaes			<i>marca do Porto.</i>
são as seguintes —			
Ao Tenente Coronel Joze Bernardo Michi-			
les - - - - -	390	§ 000	
Accressimo da despesa dos ordenados, &			
pela nova ley de 4 de Julho de 1825	700	§ 000	
A proprietaria dos fornos de cal em Alcan-			
tara do aluguel dos ditos & - - - -	107	§ 060	
Ao Refinador que foi, Ramspott - - - -	50	§ 000	
Adiantamento ao Intendente Geral á con-			
ta dos seus ordenados - - - - -	800	§ 000	
Pensão de 2 annos á viuva de Feldner	300	§ 000	
Gratificação ao Alferes João Guilherme			
Pedro de Wiederhold - - - - -	328	§ 000	
Dita ao Porteiro da Casa da Moeda - - -	31	§ 266	
Gavetas para os mineraes - - - - -	24	§ 000	2:730 § 326

Da Conta antecedente se vê que o rendimento ordinario, chegou com pouca differença para todas as despesas da restauração da Real Fabrica de Ferro, e do novo Estabelecimento da Real Mina de antimonio, de sorte, que daqui pordiante, se o Arsenal Real da Marinha tomar as 3:000 arrobas de ferro em balla d'Artilharia, em vez de as mandar vir de fora, e 1:000 arobas de pregaria de pezo, a dita Real Fabrica ainda, que não dê lucros, ao menos não precisará mais socorros, nem a Real Mina de antimonio de que

PAGINATION INCORRECT.

espero que para o anno futuro dará lucro, e os 10:000/000 reis que annualmente pagar a companhia de Carvão de pedra, poderão ser applicados para a abertura de outras minas, e espalhar-se deste modo industria, e nova vida nos terrenos estereis, aonde hoje em dia, reina inação, e pobreza.

Passo agora a expor as providencias pedidas a S. Magestade, e aos Secretarios d'Estado, e Representações dirigidas para o progresso dos Estabelecimentos.

1.º Em 23 de Julho de 1824, representei a S. Magestade a necessidade de huma casa para o Archivo da Intendencia, pedindo huma sala na Casa da Moeda, o que S. Magestade se Dignou conceder, de sorte, que agora o Archivo da Intendencia se acha na melhor ordem possivel.

2.º Na mesma data fiz huma Representação ao Ministro da Guerra, e da Marinha, pedindo para que o ferro, que existe na Real Fabrica de Figueiró, fosse com preferencia uzado nos Arsenaes do Exercito, e da Marinha, com a condição de não saltarem os pagamentos para as ditas obras, por não ter a Fabrica outro meio de subsistencia.

Tanto sobre esta Representação, como sobre outro do mesmo assumpto, do mez de Agosto, e outra de 13 de Fevereiro do anno proximo passado, pedindo por conta da pregaria, que se podia fazer na Fabrica, a quantia de 300,000 reis mensalmente adiantada, tornando a lembrar o mesmo na Representação de 3 de Março, e 3 de Abril, e finalmente na ultima de 7 de Julho, em que offereci o lastro fundido.

Não se Dignou S. Magestade de dar Resolução alguma.

E a dita Fabrica devia inteiramente parar com todos os trabalhos, se ella não fosse soccorrida com os dinheiros da Real Mina de carvão de pedra do Porto.

3.º Sabendo com certeza, que nos Archivos do Real Erario, e da Real Fazenda, do tempo do Ministro Conde de Linhares se achão muitos documentos relativos ás minas destes Reinos, eu os pedi para serem depositados no Archivo da Intendencia, principalmente não existindo nella assentos alguns a respeito de contractos antigos, e noticias de descobrimentos de minas, as quaes o meu antecessor, e o Ajudante da Intendencia guardirão, e guardão como propriedade sua.

Em consequencia desta Representação; tive resposta do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, dizendo que naquella Repartição não se achava o que pediu.

4.º Tendo varios empregados da minha Repartição pedido hum aumento de ordenado, Dignando-se S. Magestade de me Mandar informar a este respeito, tive a honra de informar de pedir, e de representar sobre este assumpto em data de 6 de Agosto, e de 11 de Setembro de 1824, e de 3 de Março, e 25 de Abril do anno proximo passado.

Não se Dignando S. Magestade de Resolver nada a este respeito.

E por tanto estão os ditos Empregados desgostozos.

5.º Como pelas continuadas desordens que existião entre a Direcção da Real Fabrica das Sedas, e o Intendente Geral das Minas, S. Magestade se Dignou por Decreto da minha nomeação, de desligar inteiramente esta Repartição da da Fabrica das Sedas, ainda a dita Direcção pertendeo de continuar a mostrar a sua autoridade, e representando contra este acto, Dignou-se S. Magestade de Resolver, que a dita Direcção ficaria unicamente authorizada de receber de 3 em 3 mezes os Balanços dos Cofres, e ao Intendente das Minas foi por isso restituída a antiga authoridade, concedida no Alvará de 30 de Janeiro de 1802, e sem a qual authoridade he impossivel, que hum Intendente das Minas possa fazer as suas obrigações, e adiantar os Estabelecimentos.

6.º Visto a decadencia dos Estabelecimentos, e para não esgotar os Cofres da Repartição, dirigi huma Representação a S. Magestade em data de 7 de Fevereiro do anno proximo passado, pedindo os soccorros necessarios, repetindo este peditorio em outra Representação de 3 de Março, em que principalmente tratei sobre as Minas de carvão de Buarcos, e das de Chumbo do Ventozello, assim como sobre o alcance de cinco contos e tantos mil reis, do Ex-Inspector da Real Mina do Porto, tornando a tocar na mesma materia na informação de 7 de Abril, para S. Magestade se Dignar de dar as providencias em pesquisas a respeito da mina de Buarcos, ou para ser dada a huma consosiedade particular.

Nada se Dignou S. Magestade de responder sobre estes assumptos.

7.º Tendo-me S. Magestade ordenado a offercimento, e zelo meu, de arranjar hum gabinete mineralogico n'humã das Salas da Casa da Moeda, Estabelecimento que em todos os paizes civilizados hé anexo á Repartição das Minas, pedi para que S. Magestade se Dignasse de Ordenar, o fazer á custa das Obras Publicas os armarios proprios. Em 12 de Fevereiro forão as ordens passadas a este respeito, mas nunca se effectuou a execução, agradecendo entretanto a S. Magestade, de me terdispensado desse trabalho pela nova Ley, a que voluntariamente me tinha offercido.

8.º Pelo Decreto da minha nomeação, Dignou-se S. Magestade de ordenar, para estarem ás minhas ordens dous officiaes moços, habéis para se applicarem aos estudos montanisticos, e mineralogicos, ficando adidos ao Real Corpo d'Engenheiros, vencendo as gratificações. Achei no Alferes João Guilherme Pedro deWiederhold os necessarios requizitos, e S. Magestade se Dignou de o nomear para este fim, mas sem que elle podesse conseguir atégora, no tempo da minha representação, nem para ficar adido ao Real Corpo d'Engenheiros, nem alcançar a gratificação promettida, e só em data de 28 de Fevereiro do corrente anno, alcançou as gratificações, por hum Aviso; demoras que desgostão, e porque não se achão outras pessoas mais, que se queirão applicar a estes estudos, devendo-se recorrer sempre a Estrangeiros.

9.º Tendo sido suspensos os trabalhos de pesquisas do Tenente Coronel Michilles, por Aviso de 24 do Novembro de 1824, pela inutilidade dos ditos trabalhos, e desnecessarias despesas, soube o dito Tenente Coronel alcançar hum Aviso para se lhe pagar do Cofre das Minas a quantia de 150,000, e representando eu em 9 de Abril, que o Cofre não estava em estado de poder fazer despesas deste genero, tornando tambem de mostrar a inutilidade da impreza, S. Magestade por segunda vez, me mandou responder em o 1.º de Junho sobre este objecto, e as razões por que não se pagava ao Tenente Coronel, resultando deste meu zelo huma reprehensão a mais aspera, que se pode dar a Empregado mais inferior, e mais mal servidor de S. Magestade.

10.º Sobre as desordens occazionadas na Real Mina de Buarcos pelo povo vizinho de Goiares, que revoltosamente tomou posse do Real Prazo de Santo Amaro, destruindo o Pinhal, tive a honra de representar sobre este objecto em data de 7 de Maio, repetindo a mesma representação em data de 11 do mesmo mez, pe-

dando hum Destacamento de Soldados para os povos respeitarem a Real Fazenda.

Nenhum resultado produzirão estas minhas Representações.

11.º Para desgostar-me ainda mais o Emprego de Intendente das Minas, succedeo que o Governador da Torre de S. Julião da Barra, se entremettesse nos meus trabalhos da Lavra de Ouro, e insultasse a authoridade do meu lugar, e não podendo eu continuar com os ditos trabalhos, em quanto S. Magestade não se Dignasse de me Mandar dar humma satisfação, prohibindo, ao Governador de entrometter-se nos meus trabalhos, só hum mez depois passarão-se as ditas ordens, e resultou disso humma perda de mais de 100,000 reis, alem da perda do tempo.

A'vista do exposto se conhecerá, que quasi todas as minhas diligencias, que podessem contribuir, e influir sobre o melhoramento dos Estabelecimentos, e cuja execução dependia da decisão do Ministerio, ficarão frustadas por humma desgraça singular, desgraça de que tem sido perseguida esta Administração em Portugal, desde a sua origem, pelo abandono das Sciencias montanisticas, e metallurgicas, unicos meios, e conhecimentos indispensaveis para humma organização adequada, e regimento scientifico da lavra das minas.

Esta conta extensa da minha administração, chegou até 30 de Agosto de 1825, e passo agora as representações que fiz no segundo anno da minha administração.

1.º Acompanhou a conta antecedente hum officio da mesma data, pedindo para que S. Magestade se Dignasse Mandar examinar escrupulosamente as contas que apprezentei, e que deferisse depois ao meu requerimento, para me dispençar do Lugar de Intendente Geral das Minas, e metaes do Reino, visto que para mim crecção cada vez mais os obstaculos, que me poem fora do estado de poder bem desempenhar as obrigações do Lugar que S. Magestade se Dignou de me confiar.

Não recebi respota alguma sobre esta Representação.

2.º Em 6 de Setembro de 1825 remetti a S. Magestade o Plano, ou o Regimento para a Creação das Compabias da explora-

ção das Minas metálicas conforme era da minha competência, segundo o Alvará de 30 de Janeiro de 1802, e o Decreto de 12 de Julho da minha nomeação para Intendente Geral das Minas.

Nenhuma resposta resultou sobre este assumpto.

3.º Em data de 12 de Setembro de 1826, derigi huma Representação a S. Magestade, pedindo que S. Magestade se dignasse de estipular os Ordenados dos Empregados na Real Fabrica de Ferro, conforme as minhas propostas.

Nenhuma resposta mereceu este assumpto.

4.º Na mesma data Representei que os fundos, com que o Cofre das Minas podia contar, erão consumidos em maior parte em ordenados aos Empregados, e como era nocivo de augmentar os Empregados.

Não teve resposta esta Representação.

5.º Em data de 26 de Setembro do mesmo anno: Fiz a proposta dos Empregados da Intendencia Geral, segundo as Determinações da Ley de 4 de Julho, com as economias que se podia fazer a respeito dos mesmos Empregados, para não augmentar a despesa.

Não teve resposta alguma esta Representação.

6.º Representei em 10 de Outubro, em cumprimento do Aviso de 5 de Outubro a justiça que tinha, para receber o meu ordenado, que he estipulado por contracto, que por tempo de 24 annos tem sido Religiozamente cumprido, não tendo havido acto algum que declarasse por nulo o dito Contracto, declarando não ser recompensa alguma a nomeação para Intendente Geral, tirando-me S. Magestade 536\$000 reis em metal para me dar 800\$000 na forma da Ley.

Até hoje não houve resultado desta Representação, não obstante das Recomendações de S. Magestade e de S. A. Serenissima.

7.º Representação de 13 de Outubro, em que expuz os per-

juizos da Real Fazenda, se se entregasse antes do tempo determinado pela Ley, a Mina de carvão de pedra, aos Negociantes contractantes, prejuizo que importaria em 4:000,000 reis por dous mezes,

Não obstante esta Representação, não houve resposta, e os Negociantes tomádo posse da Mina, e a Real Fazenda perdeu
4:000 \$ 000 reis

8.^a Representação de 13 de Outubro ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino, juntamente com hum copião de hum carta de Inglaterra em que se offerecião 15 por cento das Lavras das minas, trabalhadas por Companhias; pedindo eu a decisão para o Regimento das ditas minas, assim como pedi algumas alterações nas condições feitas com a Companhia de carvão, e que são inteiramente contra toda a boa legislação das minas.

Nenhuma resposta tive a este respeito em ambos os objectos

9.^a Representação de 31 de Outubro, queixando-me do procedimento do Corregedor da 1.^a vâra da Crime do Porto, passando ordem ao Director, de parar immediatamente com a exploração do carvão para execução das Soberanas ordens de S. Magestade, ordens que erão inteiramente contrarias ás minhas. Como não me pude capacitar que S. Magestade mandasse ordens a respeito da Administração de que estou responsavel, sem mas fazer participar, pensei que odito Corregedor abuzava do nome de S. Magestade, e pedi hum satisfacção: ou no caso que S. Magestade tivesse passado as ditas ordens ao Corregedor (como realmente succedeo) tornei apedir a S. Magestade que se Dignasse de me dispensar do Lugar de Intendente Geral das Minas, pois que á vista dos acontecimentos, não podia servir com dignidade sem o comprometimento da minha honra.

Nenhuma resposta resultou sobre este assumpto

}

E a Companhia de carvão foi mettida de posse das minas por Ministros nomeados para este fim, sem que eu fosse ouvido, nem sem que tivesse participação alguma, da mesma sorte como

se tinha feito o contracto com os Negociantes, que tomárão as ditas minas, e a Ley nova de 4 de Julho de 1825, sem que eu como Cheffe da Repartição fosse ouvido.

10.^o Representação de 21 de Novembro de 1825, participando a S. Magestade, que sendo exausta a fonte, dende tirava o dinheiro para a manutenção dos outros Estabelecimentos, pela entrega da mina de carvão do Porto, á Companhia de Negociantes, e ignorando eu as ordens de S. Magestade a respeito da applicação do dinheiro, que a Companhia havia de pagar, saltando por este motivo todos os soccorros, mandei parar todas as obras, que eu estava mandando fazer na fabrica de Figueiró.

Produzio esta Representação huma ordem á Companhia, para pagarem o 1.^o Trimestre, entre tanto parárão os trabalhos hum mez inteiro.

11. Representação ao Ministro d'Estado dos Negocios do Reino, de data de 24 de Novembro de 1825, pedindo para me responder, e que desse as providencias a todas as Representações anteriores, recopilando-as segundo as suas datas.

Fitou tudo isto sem resposta.

12. Representação de 7 de Dezembro de 1825, em que participei, em como a Companhia de Carvão, lezava, e tinha lezado a Real Fazenda, conselhindo nisso as authoridades encarregadas, de sorte, que a companhia tinha ganho tudo o que era possível ganhar, e a Fazenda Real tinha perdido tudo o que podia perder.

Produzio esta Representação hum Aviso de 11 de Janeiro de 1826 inteiramente contradictorio ao outro, que não pôde ter execução, porque o primeiro já estava executado.

13. Representação de 29 de Dezembro ao Ministro d'Estado dos Negocios do Reino, queixando-me de não ter recebido resposta do Officio de 24 de Novembro, e perguntando, em quanto não viesse a approvação de S. Magestade, se elle me authorisava de fazer interinamente a nomeação dos Empregados &c. os mesmos assumptos repeti na representação de 15 de Fevereiro de 1826.

Resultou sobre este objecto o Aviso de 6 de Janeiro, que me manda proceder conforme a Ley, e fiquei tão ignorante como d'antes, porque a Ley não authoriza ao Intendente de estipular ordenados.

14 Representação de 10 de Janeiro de 1726, em que pedi, que o dinheiro resultado das compras de utensilios, e do carvão da mina do Porto, pela Companhia, o que elles depositarão no Porto na mão de hum particular, não obstante a Ley declarar que este dinheiro pertencesse ao rendimento do Coffre das minas, repeti o mesmo assumpto em 22 de Fevereiro.

O resultado foi o Aviso de 4 de Abril de 1826, em que se diz " enquanto o Coffre Geral das minas não estiver organizado conforme a Ley de terminu, não se pode entregar o dinheiro.

Nota Sempre tem existido o dito Coffre, e per signal da existencia mandou S. Magestade por hum Aviso de 19 de Dezembro de 1826, entregar o dinheiro do arrendamento, das Minas de carvão ao Coffre das Minas. Achou o Ministro que o Coffre podia receber o dinheiro do arrendamento, que são 2:500\$000 r.^s, por trimestre, e não achou o Coffre capaz de receber 2:300\$000 r.^s, que estão depositados.

15.º Na Representação de 13 de Janeiro do corrente anno, expuz, que o Intendente não estava authorizado de extipular ordenados, e que daria entre tanto com approvação de S. Magestade huma ajuda de custo proporcionada aos Empregados designados.

Resposta alguma recebi sobre este assumpto,

16.º Representação de 31 de Janeiro do corrente anno, sobre o roubo de 2:705\$000 reis pelo Distribuidor de carvão no Porto, em consequencia do Aviso de 24 de Janeiro, pedindo auxilio.

Nenhuma resolução.

17.º Representação de 14 de Fevereiro do mesmo anno, em consequencia do Aviso de 11 de Janeiro, em que S. Magestade manda, que eu desse conta á Secretaria d'Estado dos Negocios do Rei-

no, fazendo constar qualquer irregularidade que entendesse se tenha introduzido na entrega das minas de carvão. Largamente expuz as irregularidades, e também fiz ver os Avisos contrarios da 7 de Outubro, e 11 de Janeiro.

Achei que na avaliação dos objectos na mina de Buarcos, que eu mandei fazer pelos Louvados da Camara da Figueira, e os Louvados nomeados depots pelos Ministros, produzirão huma differença de 2:912,570 reis em prejuizo da Real Fazenda.

Tambem esta Representação não produziu resultado algum

18.ª Representação de 8 de Março do mesmo anno, perguntando, se o carvão miúdo que há nas Firas das minas do Porto, se este deveria ser vendido por conta da Real Fazenda, ou se por conta da Companhia, ficando ella com elle, por ignorar as ordens de S. Magestade.

Não tive resposta

19.ª Representação de 29 de Março em que participer, que o Thesoureiro proposto para o Coffre geral não podia dar fiança, e que não fazia conta tomar outra pessoa de fóra, para economizar, representando que a fiança era desnecessaria, por ter o Coffre quatro clavicularios todos responsaveis, e que S. Magestade se Dignasse de mandar as suas Determinações.

Tive em resposta de proceder conforme a Lei por Aviso de 4 de Abril

Ora se a Ley se explicasse bem a este respeito não faria as representações que tenho feito.

20 Representação de 5 de Abril do mesmo anno podendo-se fazer na Real Fabrica de ferro, as ballas de Artilharia para o Arsenal Real da Marinha, pelo preço de 4:000 r.^s como o dito Arsenal a costuma comprar, pedi que se remettesse para a Intendencia Geral das minas os modellos dos differentes calibres, e dando mensalmente huma consignação de 300 \$ 000 r.^s para a fundição das ballas.

Não resultou resposta alguma

21.ª Representação de 7 de Abril do mesmo anno, remettendo hum mappa Demonstrativo dos Lucros, que tem dado

à Real Fazenda a Mina de carvão de pedra do Porto, pedindo que S. Magestade mandasse publicar estas noticias, para credito da administração.

[3]

O Ministro dos Negocios do Reino, mandou remetter este mappa á Companhia de Carvão para responder

22 Representação de 7 de Abril do mesmo anno, sobre o Aviso de 4 de Abril que trata do Coffre Geral, provando que este Coffre existe, e sempre tem existido Clavicularios responsaveis, pedindo outra vez para que S. Magestade se Dignasse de estipular os ordenados dos Empregados, e que nomeasse a authoridade que devia ficar com a 4.^a Chave do Coffre.

Não houve resposta alguma

23.^a Representação de 12 de Abril, em consequencia do Aviso de 30 de Dezembro, em que S. Magestade se Dignou de Mandar que fiscalizasse a entrega das Minas de carvão de pedra á Companhia, se seria feita segundo as ordens Regias, pagando a Companhia todos os utensilos, e pertences das minas, notando outra vez o que tinha exposto na Representação de 14 de Fevereiro sobre os inconvenientes que tem havido, e o perjuizo que resultou á Real Fazenda, participando ao mesmo tempo que nada podia dizer sobre a entrega da mina do Porto, por não me ter remettido o Chanceller os Autos.

Não houve resposta

24.^a Representação de 12 de Abril em que expuz o estado de todos os Estabelecimentos, e indicando os meios, e saltas para servirem de utilidade ao Estado. Mostrei como huma experiencia de 24 annos, tem mostrado que as Minas, por conta da Fazenda Real, tem dado mais perda que luero, e que ellas terião estado paradas há muito tempo, se não tivesse ajudado para as despesas a mina de carvão de pedra do Porto. As cauzas geraes deste a-

bandono, o declarei, que erão: 1.ª a falta de providencias superiores: 2.ª a falta de pessoas capazes para derigir es trabalhos nos Estabelecimentos: 3.ª o numero de Empregados inuteis: 4.ª os Jornaes cáros dos trabalhadores, e 5.ª ter de lutar com tantas intrigas, como o meu honrado antecessor.

Esta exposição produzio tão pouco effeito, como todas as outras, até nem respostas, e pedindo a S. Ex.ª o Ministro do Reino hum audiencia particular, para tratar sobre estes objectos, tive por resposta, que não tinha tempo para isso.

26. Representação de 27 de Abril, em como tinha concluido hum contracto vantajozo com hum Negociante, para mandar para Inglaterra até dez mil arrobas de antimonio por auno, esperando approvação desta negociação.

Não recebi resposta alguma, mas sei que foi remetido á Real Junta do Comercio, que me mandou que remettesse o Contracto, o que fiz, com huma exposição das razões, no officio de 20 de Maio.

26.ª Representação de 2 de Maio, para que o Inspector Geral dos Transportes mandasse respeitar as minhas Portarias dentro do Distrito das Ferrarias.

Não resultou providencia alguma.

27.ª Representação de 6 de Maio: Tendo augmentado os trabalhos na mina de antimonio, e sendo por isso preciso no principio maior despeza, pedia a entrega do dinheiro depositado no Porto referindo-me á Representação de 7 de Abril.

Nenhuma resposta resultou.

28.ª Representação de 8 de Maio, em comprimento do Aviso de 29 de Abril, participei que tinha passado as Ordens necessarias para se principiar a fabricar a pregaria.

Não recebi resposta

29.º Representação de 9 de Maio, dizendo que o bello Estabelecimento da Fabrica de ferro, que de novo por mim foi restaurado, não podia dar a utilidade de que era susceptivel, logo que S. Magestade não se Dignasse de o Proteger, ordenando que os seus productos fossem gastos pelos Arsenaes Reaes, e que a Fabrica regularmente podia suprir os Arsenaes com 3:000 arrobas do ferro fundido em obras, como são, lastro, e ballas, e com 1:000 arrobas de pregaria de pezo.

Não resultou resposta.

30 Representação de 26 de Maio, expondo (tendo vindo os autos do Porto) o que entendia ter sido contra os enteresses da Real Fazenda, na entrega da mina de Carvão do Porto a Companhia.

Não obstante a exposição dos prejuizos, não resultarão providencias algumas.

31.º Representação de 30 de Maio, pedindo que S. Magestade se Dignasse de me ouvir sobre á accusação do Secretario da Intendencia.

Não recebi resposta; e a accusação foi remettida á Junta do Commercio, e atégora não houve resultado.

32.º Representação de 30 de Maio, repetindo a pedicção da entrega do dinheiro depositado no Porto, para ter meios de continuar com os trabalhos da mina do antimonio.

Nenhuma providencia.

33.º Representação do 1.º de Junho, representando não ter dinheiro para a viagem para os Estabelecimentos, e para deixar á minha familia, pedindo ao Ministro de Reino affirm de que me mandasse pagar, o que se me deve conforme o meu contracto.

Não recebi resposta alguma.

34.º Representação extensa de 9 de Junho, conformando-se

o Ministerio com a opinião de Caixa da Companhia de carvão, a respeito do mappa que tinha enviado, dos lucros que deo a Real Mina de carvão de pedra do Porto nos 20 annos da sua exploração. Tornou o Ministro a remetter-me o dito mappa com a ordem expressa no Aviso de 27 de Maio, para fazer outro mappa, conforme o modello que enviou o Caixa da Companhia, e que me foi communicado juntamente com o papel insultante, que o dito Caixa dirigio a meu respeito ao Ministerio. Representei em 9 de Junho, muito extenção, que não obstante ser indecoroso para hum Administracão Regia de responder a reflexões insultantes de hum companhia de particulares, cujos trabalhos, e administração das minas devião ser fiscalizados pela Intendencia Geral das Minas, em vez della tomar o ar de Fiscal sobre a Intendencia, com tudo pedia a S. Magestade para me permittir de responder ás ditas reflexões da Companhia, o que fiz analysando ellas, e mostrando a insufficiencia, inexactidão, e ignorancia, com que a Companhia tratou esta materia, fazendo só valer as palavras enganozas = *bem da Real Fazenda* = *bem publico* = e *bem particular*. =

Não resultou resposta.

35.º Representação de 15 de Junho, tornando a pedir a entrega do Dinheiro depositado no Porto.

Não teve resultado.

36.º Representação do 1.º de Julho, pedindo hum ordem, para o Secretario da Intendencia partir immediatamente para o seu destino, para me acompanhar nas Viagens.

Em lugar da ordem, recebi o Aviso do 1.º de Julho participando-me, que o Governo destes Reinos tinha concedido hum mez de licença ao dito Secretário, (de que não fez uzo se não tres mezes depois, quando eu estava de volta para Lisboa.)

37 Representação de 4 de Julho, dirigida da Real Fabrica de ferro, participando ter tido o gosto e satisfação de ver em grande parte as obras concluidas, e que já não parecia este Estabelecimento hum tapera descuidada, como era a sua apparencia, quando

á dous annos tomei conta da Intendencia, e que já principia a ter o aspecto de boa ordem, e actividade que em semelhantes Estabelecimentos devem reinar. Participei ao mesmo tempo, que me vi obrigado a mandar parar os trabalhos da Lavra de Ouro d'Adiga, por cauzarem há tres annos para c6 continuados perjuizos, os lugares ricos explorárão os meus antecessores, fazendo a exploração que se chama de roubo, deixando os lugares pobres.

Não resultou resposta

38.º Representação de 8 de Julho, declarando em como mandei parar a Lavra d'Ouro d'Adiga, sendo injustiça que os dous Empregados que lá havião, ficassem sem recursos, lhe concedi portanto ametade dos seus ordenados, até serem empregados em outra parte, e pedi a approvação de S. Magestade.

Não resultou resposta

39.º Representação de 15 de Julho, participando a primeira remessa da pregaria para o Arsenal Real da Marinha, lizongean-do-me ser eu o primeiro, depois do tempo do Senhor Rey D. Pedro 3.º, que puz em pratica de fazer pregaria em utilidade do Estado, mas pedindo hum prompto pagamento.

Em resposta recebi o Aviso de 10 de Setembro de 1826 de que farei menção adiante

40.º Representação de 20 de Julho, participando ser a Estação neste anno tão má na Fabrica, que todos os Empregados, e Trabalhadores a doecerão assim como eu.

41.º Representação extença de 31 de Julho, expondo em como S. Magestade se Dignon de me fazer responsavel de huma boa administração das minas, assim como deve ser, mas que ao mesmo tempo S. Magestade me privava dos meios de poder executar os meus desigmos, não se Dignando de me responder a nenhuma das minhas representações, e dando ordem para despesas com que a administração não podia.

Não resultou resposta alguma, nem providencias

42.º Representação de 23 de Agosto, a respeito da encomenda da pregaria para o Arsenal Real da Marinha, o qual por duas

vezes remetteo huma Lista dos pregos, que erão precizos todos os annos, e agora como se faz a remessa, o Arsenal diz, que não precizão; pedi por tanto, para que S. Magestade se Dignasse de dar as providencias, para que não parasse a factura da dita pregaria, visto ser esta determinação em grande prejuizo da Real Fazenda, que tem feito grandes gastos para apromptar as maquinas para isso.

Recebi Aviso de data de 10 de Setembro, dizendo que o Arsenal não precizava por ora de pregos, e faria a encomenda quando fossem precizos

43.º Representação de 29 de Agosto, a respeito do Dinheiro Depositado no Porto.

Não houve resolução

44.ª Representação de 2 de Setembro, participando sobre todas as obras que mandei fazer na Real Fabrica, e o Regimento que dei para a administração, dizendo por fim, que dependia agora de S. A. Serenissima, se este Estabelecimento havia ser útil, ou não ao Estado

Não resultou resposta

45.ª Representação de 22 de Setembro, pedindo huma Comissão de Sabios para examinar o estado da minha administração, desde que fui nomeado Intendente Geral, por cauza dos insultos committidos por alguns Empregados da Intendencia Geral das Misas. *Por ora nada resultou a este respeito, e para não me expôr a mais compromettimentos, suspendi o Secretario do seu emprego*

Poder-se-há julgar, agora, se depois de sessenta e tantas representações, que não tiveram resposta, tem estado na minha mão o melhoramento da administração em geral, e se por fim hum empregado zeloso do Real Serviço, não se deve desgostar, vendo que todos os seus esforços tem sido debalde, e de nenhum effeito? Mas espero que agora debaixo da protecção de S. Ex., o actual Ministro d'Estado dos Negocios do Reino, as minhas representações sejam attendidas, e que se cuida nos progressos dos Estabelecimentos. Lisboa. 1.º de Outubro de 1826.

BARÃO D'ESCHWEGE,